



CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES
PODER LEGISLATIVO

**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – LEGISLATIVO MUNICIPAL.**

Emitente: Unidade Executora do Controle Interno.

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Iconha/ES.

Gestor responsável: Moisés Pinto Marchiori- Vereador-Presidente.

RELUCI - Exercício 2024

1. RELATÓRIO

1.1. Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, com ressalva daqueles próprios do profissional de contabilidade, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

Dos pontos de controle:

1.	Itens de abordagem prioritária					
1.1.	Gestão fiscal, financeira e orçamentária					
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	De Dispensa – inexigibilidade.	Lei 4.320/64, art. 60	Verificação documental.	44 (proc.)	14 (proc.) nº 032/2024 012/2024 011/2024 031/2024 010/2024 030/2024 022/2024 025/2024 017/2024 015/2024 007/2024 004/2024 029/2024 033/2024



CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES
PODER LEGISLATIVO

1.2. Gestão Previdenciária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.2.1	Registro por competência – despesas previdenciárias patronais	Relatórios	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Relatórios	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	Relatórios	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.2.4	Retenção/Repass e das contribuições previdenciárias- parte servidor	Relatórios	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)

1.3. Gestão patrimonial.						
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	Relatórios e almoxarifado	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Verificação documental	12 (meses)	12 (meses)
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Lei 4.320/1964, art. 94.	Auditoria Governamental de conformidade	Verificação documental	12 (meses)	12 (meses)
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação.	Consulta bancária	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Verificação documental.	01 (Instituições Financeiras)	01 (Instituições Financeiras): Banestes
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	Demonstrativos	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Verificação documental.	12(meses)	12 (meses)

1.4. Limites Constitucionais e Legais.						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada



CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES
PODER LEGISLATIVO

1.4.7	Despesas com pessoal – limite	Relatório	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.8	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	Relatório	LC 101/2000, art. 21.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.9	Despesas com pessoal – aumento despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato – nulidade o ato	Relatório	LC 101/2000, art. 21, Parágrafo único.	Verificação documental	12 (meses)	12 (meses)
1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	Relatório	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	Relatório	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.13	Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento	Relatório	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.17	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – fixação	Norma municipal	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.18	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento	Norma municipal	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.19	Despesas com pessoal – remuneração vereadores	Relatório	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.20	Poder Legislativo Municipal – despesa total	Relatórios	CRFB/88, art. 29-A.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)

1.5	Demais atos de gestão.					
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	PCA	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Verificação documental.	01	01



CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES
PODER LEGISLATIVO

2.	Itens de abordagem complementar.					
2.2.	Gestão fiscal, financeira e orçamentária.					
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.2.29	Déficit orçamentário – Medidas de contenção	Exercício	LC 101/2000, art. 9º.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Relatórios	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Análise documental e operacional	12 (meses)	12 (meses)
2.2.31	Despesa – liquidação	Licitação, Dispensa e inexigibilidade	Lei 4.320/1964, art. 63.	Verificação documental.	44 (processos)	14 (proc.) nº 032/2024 012/2024 011/2024 031/2024 010/2024 030/2024 022/2024 025/2024 017/2024 015/2024 007/2024 004/2024 029/2024 033/2024
2.2.32	Pagamento de Despesas sem regular liquidação	Licitação Dispensa e inexigibilidade	Lei 4.320/1964, art. 62.	Verificação documental.	44 (processos)	14 (proc.) nº 032/2024 012/2024 011/2024 031/2024 010/2024 030/2024 022/2024 025/2024 017/2024 015/2024 007/2024 004/2024 029/2024 033/2024



CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES
PODER LEGISLATIVO

2.5 Gestão Previdenciária.						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	Relatórios	LC 116/2003, art. 6º/ Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991. Lei Local.	Verificação documental.	12(meses)	12(meses)
2.5.22	Contabilização da amortização do déficit atuarial	Relatórios	MCASP e Portarias MPS 403/2008, art. 17	Verificação documental.	12(meses)	12(meses)
2.5.37	Registro de Admissões	Relatório	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)

2.6 Demais atos de Gestão.						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.6.1	Pessoal – Função de confiança e cargos de comissão	Relatórios	CFFB/88,art. 37, inciso V.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	Relatório	CF/88, art. 37, inciso IX.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
2.6.4	Pessoal – teto	Relatório	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Verificação documental.	12(meses)	12 (meses)
2.6.6	Dispensa e inexigibilidade e de licitação.	Licitação, Dispensa e inexigibilidade	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26	Verificação documental.	44 (processos)	14 (proc.) nº 032/2024 012/2024 011/2024 031/2024 010/2024 030/2024 022/2024 025/2024 017/2024 015/2024 007/2024 004/2024 029/2024 033/2024

1.2. CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES RELATIVAS AO PLANO ANUAL DE AUDITORIA/2024

De acordo com o Plano Anual de Auditoria Interna/2024 (Portaria nº 028/2024, publicado dia 28/01/2024) essa Controladoria cumpriu as atividades nele descritas conforme tabela acima.



CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES
PODER LEGISLATIVO

As informações relativas a estas auditorias, suas respectivas constatações e providências estão descritas no “RELACI” desta prestação de contas, ao qual se remete.

1.3. DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E FISCAL

1.3.1. Gestão Orçamentária

Quanto à execução orçamentária do exercício de 2024, destaca-se que o Orçamento Anual aprovado para a Câmara Municipal foi de R\$ 3.300,000,00 (três milhões e trezentos e trinta reais). O montante repassando pela Prefeitura foi de R\$ 3.123,849,95.

Quanto ao desempenho da despesa, considera-se economia aquela que resulta da execução abaixo da fixada. No exercício orçamentário 2024 foi executada despesa de R\$ 3.123,849,95 (três milhões cento e vinte e três mil e oitocentos e quarenta e nove reais e noventa e cinco centavos). Portanto, no exercício de 2024, após todos os investimentos, obteve-se uma economia orçamentária de R\$ 176.150,05 (cento e setenta e seis mil e cento e cinquenta reais e cinco centavos), conforme demonstrado a seguir:

DISCRIMINAÇÃO VALOR	VALOR
Despesa Fixada	R\$ 3.300,000,00
Despesa Executada	R\$ 3.123,849,95
Economia	R\$ 176.150,05
Sobra de caixa Câmara	R\$ 56.110,00
Restos a pagar	R\$ 36.110,00

Observações:

Logo, ao subtrair o valor da Despesa Fixada com a Despesa Executada resta uma economia de R\$ 176.150,05 (cento e setenta e seis mil e cento e cinquenta reais e cinco centavos) porém, desse valor, R\$ 36.110,00 (trinta e seis mil e cento e dez reais) são Restos a Pagar; 83.930,05 (oitenta e três mil e novecentos e trinta mil reais e cinco centavos) foram devolvidos à Prefeitura Municipal, restando R\$ 56.110,00 (cinquenta e seis mil e cento e dez reais) como sobra de caixa na Câmara Municipal de Iconha.

1.3.2. Gestão Financeira



CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES
PODER LEGISLATIVO

O Balanço Financeiro demonstra as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos, em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Desta forma, é possível apurar o resultado financeiro do exercício, ou seja, o total de ingressos financeiros (orçamentários e extra orçamentários) e o total dos dispêndios financeiros (orçamentários e extra orçamentários) no período.

1.3.3. Gestão Patrimonial

O Patrimônio Líquido da Câmara Municipal em 31/12/2024 é positivo em R\$ 649.229,65 (seiscentos e quarenta e nove mil e duzentos e vinte e nove reais e sessenta e cinco centavos).

1.3.4. Gestão Fiscal

No exercício de 2024 foram apurados os seguintes limites:

EVENTOS	VALOR (R\$)
Despesa líquida com pessoal	R\$ 2.063.729,31
Contribuições Patronais (encargos)	R\$ 257.673,89
Total da Despesa	R\$ 2.321.403,20

EVENTOS	VALOR (R\$)
Receita corrente líquida	84.438.753,31
Limite Máximo — art. 20, LRF – 6%	R\$ 5.066.325,19
Limite Prudencial – art. 22, LRF – 5,7%	R\$ 4.813.008,93
Limite – LRF, art. 20,III, a	≈ 3,61631%

EVENTOS	VALOR (R\$)
Repasse recebido no exercício	3.123,849,95
Despesa total com folha de pagamento sem a parte Patronal	2.063.729,31
Limite – CF/88, art – 29-A	61,90%

EVENTOS	VALOR (R\$)
Despesa com subsídio dos Vereadores sem parte Patronal	713.088,69
Despesa total subsídio dos Vereadores	841.635,61



**CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES
PODER LEGISLATIVO**

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

A Controladoria exerceu efetivamente sua atividade por meio de verificações/comparações de conformidade de documentos, normas, processos, além de outras manifestações.

No que se refere à legalidade dos atos da gestão orçamentária, financeira no que diz respeito às contas do Poder Legislativo, durante o exercício de 2024, representa, adequadamente, de acordo com os demonstrativos orçamentários e demais documentos contábeis levantados.

No que se refere à legitimidade, economicidade, eficácia e demais princípios que devem nortear os atos do presidente da Câmara Municipal, e tendo como base os pontos de controle avaliados e apresentados neste relatório, não foram encontradas inconformidades.

Ressalvamos que nossa opinião sobre as demonstrações contábeis se restringem a composição das presentes, não se constituindo em juízo de valor quanto à adequação dos registros contábeis, em face da ausência de habilitação profissional técnica da Controladora que subscreve o parecer.

Ante ao exposto, em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controles avaliados e as peças da PCA apresentadas a este setor de Controle Interno, a referida prestação de contas encontra-se **REGULAR**.

Iconha/ES, 07 de março de 2025.

Ana Eliza da Silva Sabadini
Controladora Interna
(Assinado digitalmente)